

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº. 4.461, DE 2004

Regulamenta a exibição, em júri, de fotografias sensacionalistas, e dá outras providências.

Autor: Deputado Enio Bacci

Relator: Deputado Regis de Oliveira

I – Relatório

O projeto de lei nº. 4.461/2004, de autoria do nobre deputado Enio Bacci, acrescenta parágrafo único ao art. 475, do Código de Processo Penal, com a finalidade de **impedir a exibição, durante o julgamento no tribunal pelo júri, de fotografias de cadáver com o intuito sensacionalista, quando houver nos autos “croquis”, mapas, desenhos e esquemas que dêem uma noção razoável da posição do cadáver e local dos fatos.**

Da mesma forma, **proíbe a apresentação de fotografias estranhas, sem ligação direta com os fatos, descritos na denúncia com visível intuito sensacionalista, que possam confundir os julgadores.**

Texto sugerido:

Art. 475 –

Parágrafo único: *Também não será permitida a exibição de fotografias do cadáver com o intuito sensacionalista, quando houver nos autos “croquis”, mapas, desenhos e esquemas que dêem uma noção razoável da posição do cadáver e local dos fatos; bem como de fotografias estranhas, sem ligação direta com os fatos, descritos na denúncia com visível intuito sensacionalista que possam confundir.*

O ilustre deputado Enio Bacci esclarece que o desiderato deste projeto **é propiciar melhores condições para o julgamento dos crimes de competência do tribunal do júri, sem apelo emocional provocado pelas imagens sensacionalistas.**

No prazo regimental, **não foram apresentadas emendas à proposição.**

A esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania cabe analisar a proposta **sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.**

É o relatório.

II – Voto do Relator

Quanto aos **requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao projeto de lei nº. 4.461/2004**, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre **direito processual penal**, a teor do disposto no inciso I, do art. 22, da Constituição Federal.

Da mesma forma, **os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea.**

Além disso, **não há vício de iniciativa**, nos termos do art. 61, da Carta Magna.

No que se refere à técnica legislativa, **a proposição não merece reparo.**

No que concerne à juridicidade e ao mérito, apesar de louvável a presente iniciativa, **sou contra a aprovação deste projeto, porque desrespeita normas e princípios do ordenamento jurídico vigente.**

De fato, como já tivemos oportunidade de enfatizar no projeto de lei nº. 4.455/2004, que trata de matéria de natureza semelhante, **a proibição da exibição de fotografias, durante o julgamento realizado pelo tribunal do júri, principalmente de imagens relacionadas à vítima e ao local do crime, viola o princípio da verdade material.**

Tal princípio é denominado também como o da liberdade na prova. Por força deste dogma, tanto a defesa como a acusação podem apresentar qualquer elemento de convicção desde que seja de origem lícita, **em decorrência da indisponibilidade do interesse público**.

Por outro lado, a aprovação deste projeto **acarretaria um desequilíbrio na relação processual**, na medida em que favoreceria a defesa em detrimento da acusação, que estaria **impedida de demonstrar a realidade dos fatos, muitas vezes revelada por intermédio de fotografias**.

Indiscutivelmente, as imagens extraídas do exame necroscópico são traumatizantes e causam abalo emocional, **mas com frequência precisam ser exibidas durante o julgamento pelo tribunal do júri, porque demonstram detalhes do crime, que não podem ser descritos, com clareza, através de “croquis”, esquemas, desenhos ou outros recursos gráficos**.

Ressalte-se, também, que a **expressão “intuito sensacionalista” é extremamente subjetiva, circunstância que, certamente, provocaria muitas divergências doutrinárias, dificultando a aplicação deste dispositivo**.

Acrescente-se, ainda, que o magistrado, na condição de presidente do Tribunal do Júri, se perceber que determinada fotografia está sendo apresentada com a nítida intenção sensacionalista de influenciar o conselho de sentença e que tal imagem não tem nenhuma relação com os fatos, **poderá impedir a continuidade desse ato e determinar aos jurados que desconsiderem tal fato**.

Ademais, é importante salientar que **a redação do art. 475, do CPP, recentemente foi alterada pela Lei nº. 11.689/2008, deixando tal dispositivo de dispor sobre a questão da apresentação de provas no Tribunal do Júri, consoante se infere dos textos abaixo transcritos:**

Redação atual:

Art. 475. O registro dos depoimentos e do interrogatório será feito pelos meios ou recursos de gravação magnética, eletrônica, estenotípia ou técnica similar, destinada a obter maior fidelidade e celeridade na colheita da prova. .
(Redação estabelecida pela Lei nº. 11.689/09.06.2008, com vigência em 09 de agosto de 2008)

Parágrafo único. A transcrição do registro, após feita a degravação, constará dos autos.

Redação anterior:

Art. 475 - Durante o julgamento não será permitida a produção ou leitura de documento que não tiver sido comunicado à parte contrária, com antecedência, pelo menos, de 3 (três) dias, compreendida nessa proibição a

leitura de jornais ou qualquer escrito, cujo conteúdo versar sobre matéria de fato constante do processo.

Diante da mencionada alteração legislativa, não haveria sentido acrescentar parágrafo único ao art. 475, do CPP, conforme pretende o autor desta proposta, **pois as matérias tratadas no *caput* e no parágrafo seriam totalmente diferentes.**

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, injuridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, **pela rejeição do projeto de lei nº. 4.461/2004.**

Sala da Comissão, em 07 de outubro de 2008.

Deputado Regis de Oliveira
Relator